

## RESUMO - DIREITO

### **INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS E DE SAÚDE PARA CRIANÇAS COM TEA NAS REDES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO A INTERSETORIALIDADE NA ATENÇÃO A CRIANÇAS COM TEA**

*Ane Gabriele Gomes Dos Santos (anegomesx@gmail.com)*

*Ana Cláudia Marçal Rosas (anaconsultorafinance@gmail.com)*

**Introdução:** A desarticulação entre serviços de saúde e educação agrava vulnerabilidades de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Rio de Janeiro, impactando seu desenvolvimento e inclusão social. **Objetivo:** analisar o processo de integração educacional e de saúde para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas redes públicas do Rio de Janeiro, avaliando sua conformidade com as normas legais, os impactos nas práticas pedagógicas e os desafios enfrentados por escolas e educadores, a fim de propor estratégias que fortaleçam a intersectorialidade e assegurem a inclusão. **Material e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, artigos acadêmicos, relatórios governamentais e jurisprudência, mapeando políticas públicas, identificando desafios operacionais e analisando estratégias para coordenação intersectorial. **Resultados:** A pesquisa revela que, embora existam marcos legais robustos, a implementação enfrenta entraves como subfinanciamento, falta de capacitação

profissional e comunicação deficitária entre secretarias. A análise da jurisprudência do TJRJ (Agravo de Instrumento nº 0098487-63.2024.8.19.0000) demonstra que a falta de comunicação entre secretarias e o subfinanciamento crônico, ao impor soluções práticas que exigem coordenação intersetorial. O Censo Escolar 2024, divulgados pelo Inep/MEC em abril de 2025, revelam um crescimento contínuo nas matrículas da Educação Especial, com aumentos expressivos na Educação Infantil – 526,9% na creche e 528,1% na pré-escola – , atingindo 110.629 matrículas na creche e 265.754 na pré-escola, a maioria (96,7% e 97,6%, respectivamente) em classes comuns, o que indica avanços no acesso e proximidade da inclusão total. Conclusão: A intersetorialidade entre saúde e educação é essencial para garantir o desenvolvimento integral e a inclusão social de crianças com TEA. A adoção de estratégias como protocolos conjuntos, formação continuada e sistemas integrados de informação, amparadas pela jurisprudência, são fundamentais para superar os desafios e transformar direitos em realidade. Os resultados são preliminares, indicando a necessidade de uma nova estratégia baseada na distribuição de recursos, sistemas de informação e pressão judicial para equacionar os problemas das escolas públicas e garantir uma educação equitativa.

Palavras-chave: integração; inclusão; jurisprudência.